



apem

NEWS LETTER

fevereiro 2014

Carta aos sócios

A democracia e o ensino da música
o ensino da música e a democracia

2

Nós por cá

Atividades da APEM

4

De olhos postos

Coro dos Pequenos Cantores de Esposende

6

Perguntámos a

Nuno Mendes

Diretor do Conservatório de Música David Sousa da Figueira da Foz

8

O que já se escreveu

A APEM e a circular do MEC de 1975

12

Última

14



Carta aos sócios

A Democracia e o Ensino de Música O Ensino de Música e a Democracia

As relações entre o ensino de música e a democracia revestem-se de configurações complexas e paradoxais onde, a par da afirmação pela parte dos responsáveis políticos da sua pertinência na formação das crianças, jovens e adultos e no desenvolvimento de uma sociedade mais culta, constata-se a dificuldade no desenhar de medidas políticas consistentes que corporizem a riqueza e as pluralidades existentes nos “mundos da música e da educação artístico-musical”.

Por outro lado, quer os “mundos da música”, quer os “mundos da educação artístico-musical”, e apesar dos progressos conseguidos para além das políticas centrais, nem sempre têm conseguido articular os diferentes quadros de referências e a riqueza existentes e constituir-se como força alternativa aos diferentes tipos de funcionalizações da formação, à mercadorização da arte e da educação, e à sociedade do espetáculo, de que fala Guy Debord.

Neste contexto, e atendendo a que estamos no ano em que se comemoram os 40 anos do 25 de Abril, importa questionar: de que modos se têm estabelecido as relações entre a democracia e o ensino e música e como é que o ensino de música tem contribuído para a construção da democracia? Para responder a esta pergunta, e de uma maneira muito telegráfica, problematizo esta relação a partir das quatro temáticas seguintes, que, naturalmente, não esgotam as possibilidades do olhar e irão ser desenvolvidas noutras cartas.

Cidadania e cultura - acesso à educação artístico-musical. O acesso à educação artístico-musical tem estado condicionado por múltiplos factores que advêm não só das políticas centrais nos planos da educação e cultura, mas também das políticas sociais e económicas, assim como de fatores de ordem territorial, organizacional e formativos. Assim, e apesar do incremento das escolas de formação artística, das bandas filarmónicas, coros e de associações recreativas e culturais com atividades

diferenciadas neste domínio e que possibilitam uma intervenção alargada, no âmbito do designado ensino genérico, ao qual a priori todas as crianças, jovens e adultos, têm acesso, existe uma tendência cíclica de desvalorização dos saberes artísticos e musicais, em favor de saberes mais “úteis”. Por outro lado, e apesar de experiências no terreno muito interessantes, continuam a existir dificuldades em dar visibilidade a outras formas do trabalho formativo em que se fomenta, por exemplo, a formação de amadores e de outro tipo de músicas no interior do sistema de formação artística.

Centros e periferias – uniformidades e diferenciações. O sistema educativo foi sendo construído tendo como retórica fundamental “um sistema uno e coerente” que, apesar das retóricas, tem tido dificuldade de “assumir lógicas diferenciadoras como forma de construção de igualdades”, como escrevi noutro local. E esta dificuldade manifesta-se quer no âmbito do exercício da profissão docente-músico, quer no âmbito da organização curricular e da organização escolar, dificultando muitas vezes a existência de projetos inovadores que potenciem as singularidades e o incremento de formas diferenciadas do trabalho formativo e artístico, bem como a sua relação com as diferentes comunidades. Esta dificuldade está presente também no âmbito dos orçamentos que nem sempre possibilitam que se contemplem as particularidades existentes.

Educação artístico-musical e criatividade - criação, experimentação e difusão. O campo artístico é um dos sectores que trabalha na apropriação e no desenvolvimento de diferentes dimensões da criatividade. Ou de criatividade, para utilizar a palavra de Pamela Burnard. E ao falarmos de criatividade, importa relembrar o que António Pinho Vargas escreveu ao referir-se ao ato de compor como “um processo complexo, um estar-lançado no qual surgem coisas, forças às quais se responde de alguma maneira. Este estar-aberto para o devir, inerente ao processo criativo (...), não exclui a consciência

Carta aos **sócios**

histórica dos chamados materiais (que cada compositor terá de maneira muito diversa) mas antes se desloca para fora do processo criativo". Neste modo de ver, são de salientar alguns conceitos que me parecem pertinentes: processo, complexidade, estar-aberto para o futuro, consciência histórica, materiais, diferenciação, individualidade. Daqui, outros conceitos se podem inferir como imprevisibilidade, inquietação, desafio, risco, disciplina, ordem, desordem, experimentação, que de algum modo caracterizam o ato criativo, seja ele de natureza científica ou artística.

Racionalidades e conhecimento artístico e científico - investigação e intervenções reconfiguradas. A importância de se estudar, conhecer e compreender as diferentes realidades e as complexidades existentes nos "mundos da música" e nos "mundos da educação artístico-musical", apresenta-se como um dos factores essenciais que sustentam, deveriam sustentar, a tomada de decisões políticas, a tomada de decisões de carácter mais técnico e artístico, a tomada de decisões no que se refere às carreiras artísticas e profissionais. Nem sempre esta dimensão esteve presente, existindo uma modalidade dominante assente numa espécie de racionalidade "técnico-científica" em desfavor doutro tipo de racionalidades presentes no campo artístico e formativo. Por outro lado, esta é uma das temáticas que no contexto do ensino de música se encontra mais fragilizada, não só por causa das políticas centrais, mas também pelo facto de só na década de 90 do século passado ter começado a existir um trabalho neste domínio. Por isso, importa, como escreve Gonçalo M. Tavares, "multiplicar as possibilidades de verdade" e perceber que "as possibilidades da imaginação são infinitamente maiores do que as possibilidades da observação das coisas e acontecimentos exteriores".

António Ângelo Vasconcelos

nós por cá

O Centro de Documentação da APEM

Ao longo dos anos, o centro de Documentação da APEM tem sido enriquecido quer pelas doações que vão sendo feitas, quer pela oferta de obras por editores e autores.

Este acervo documental encontra-se organizado tematicamente e por tipos de material.

Os materiais, que ascendem a mais de 2.500 registos, estão organizados pelas seguintes áreas:

Dicionários; Biografias; Ciências da Educação; Dança; Etnomusicologia; Pedagogia/Psicologia; Metodologias; História da Música; Manuais Escolares; Educação Musical: Programas/ Investigação/ Atividades/ Cancioneiros; Organologia; Análise Musical; Musicoterapia; Teoria Musical; Património; Música Contemporânea; Sociologia da Música; Técnica Vocal/Instrumental e Partituras.

O Centro de Documentação dispõe também de uma coleção de revistas, nomeadamente: Arte Musical (Juventude Musical Portuguesa); British Journal of Musical Education; Colóquio Artes; International Journal of Music Education (ISME) e a Revista de Musicología, da Sociedade Española de Musicología. O conjunto de partituras disponíveis é muito eclético, quer em géneros e estilos musicais quer em compositores, nacionais e estrangeiros. Existem partituras para conjuntos de instrumento, para instrumento solo, para voz e instrumentos, para coro e para coro acompanhado.

Dos compositores nacionais salientamos obras de Jorge Peixinho, Clotilde Rosa, António Pinho Vargas, Maria de Lourdes Martins e Constança de Capdeville, entre outros.

Os sócios da APEM podem requisitar até três livros, num prazo de 15 dias.

As revistas são consultadas na sede da APEM.

Horário do Centro de Documentação: de 2ª a 6ª das 10:00h às 13:00h e das 14:00 às 17:00h.

Qualquer outro horário pode ser combinado.

Venha visitar-nos! Faça-se sócio da APEM!

Pedagogias em Educação Musical

Já chegou à sede da APEM o livro Pedagogias em Educação Musical, Teresa Mateiro, Beatriz Ilari (Org). Curitiba: Editora IBPEX, 2011.

Caso esteja interessado num exemplar, por favor contacte a APEM, apem.educacaomusical@gmail.com.

A resensão deste livro está disponível na Revista de Educação Musical nº 138.



Ação de formação "Orquestração para Instrumental Orff"



No passado dia 15 de fevereiro deu-se início a mais uma ação de formação creditada promovida pelo CFAPEM. A ação de formação "Orquestração para Instrumental Orff" orientada pela formadora Isabel Carneiro decorre na ESELisboa aos sábados até ao final de março.

nós por cá

Projeto Cantar Mais e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

No passado dia 27 de janeiro a APEM, acompanhada pelos representantes da DGE, o Subdiretor-Geral, Dr. Luís Filipe Santos e o Dr. António Rocha, membro da Equipa de Educação Estética e Artística, reuniu com a Direção para a Ação Cultural e Língua Portuguesa da CPLP para a apresentação do Projeto Cantar Mais.

O Projeto foi muito elogiado e delinearam-se várias estratégias para possíveis parcerias, sendo a integração de repertório tradicional e de autor dos Países da CPLP um dos objetivos do Projeto Cantar Mais.

A CPLP integra oito países membros: Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor.

A APEM procurará informantes dos diversos países no sentido de recolher repertório musical.

Apesar de ainda faltar toda a regulamentação a este Decreto-Lei, o CFAPEM destaca e alerta para a possível excessiva burocratização do sistema de informação, monitorização e avaliação (Artigo 21.º) que a DGAE irá constituir, provavelmente, criando uma plataforma eletrónica, onde, obrigatoriamente, as entidades farão o registo anual das ações de formação realizadas.

A avaliação e a supervisão das atividades formativas é, sem dúvida, necessária, mas a centralização desses processos em plataformas digitais num organismo do Ministério da Educação sem meios humanos para a sua efetivação, poderá, como já tem acontecido em tantas outras situações, não garantir nem contribuir para a qualidade da formação que se pretende e expressa no preâmbulo deste novo Decreto-Lei.

Ciclo de Conferências|Debates: A Democracia e o Ensino de Música O Ensino de Música e a Democracia

No âmbito das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, a APEM, em articulação com diferentes escolas e professores está a organizar um ciclo de 4 conferências/debate intituladas "A Democracia e o Ensino de Música|O Ensino de Música e a Democracia" a realizar no Porto, Coimbra, Lisboa e Faro entre finais de Abril e Maio.

Nestas conferências, que se realizarão às quartas-feiras, mais do que fazer um levantamento dos constrangimentos, pretende-se, pelo contrário, valorizar, a partir do que existe, o que tem sido construído com esforço das escolas, professores, estudantes, famílias e comunidades, de modo a contribuir para uma democracia mais culta, não esquecendo as dificuldades existentes no âmbito do Estado e dos Governos de lidarem com este tipo de formação artística.

Novo Regime Jurídico da Formação Contínua

Foi publicado este mês o novo regime jurídico da formação contínua (Decreto-Lei n.º 22/2014 de 11 de fevereiro) que, no entanto, só entrará em vigor após publicação da regulamentação prevista no próprio novo decreto.

Numa primeira análise, o Centro de Formação da APEM destaca os seguintes novos aspetos:

- (1) a introdução de ações de curta formação (entre 3 e 6 horas de formação) como modalidade de formação reconhecida,
- (2) a possibilidade de se poderem acreditar com um mínimo de 12 horas, ações de formação contínua nas modalidades de cursos de formação, oficinas de formação e círculos de estudos,
- (3) a possibilidade das entidades formadoras reconhecerem e certificarem a formação de curta duração, e
- (4) a constituição de um sistema de informação central onde deverão constar elementos sobre a oferta de formação, a formação realizada e os indicadores de desempenho.

de olhos postos...

Coro dos Pequenos Cantores de Esposende

O primeiro CD "Mudam-se os Tempos" do Coro dos Pequenos Cantores de Esposende (CPCE), foi lançado recentemente, no dia 21 de fevereiro, num Concerto no Auditório Municipal de Esposende.

Fruto de uma parceria entre a Escola de Música de Esposende e a Câmara Municipal de Esposende, o CPCE iniciou o seu trabalho musical em 2010.



de olhos postos...



A Direção Coral está a cargo de Helena Venda Lima, docente da Escola de Música de Esposende, licenciada em Música – Direção Coral na Universidade do Minho na classe de Vítor Lima e já com uma vasta experiência na Direção Coral.

O CPCE já se apresentou em vários locais da zona norte de Portugal e também noutros locais de relevância cultural nacional, como o Centro Cultural de Belém e a Casa da Música.

O CCPE encontra-se numa fase de grande crescimento, com a divulgação e interpretação de repertório português para coros infantis. Recentemente trabalhou intensamente três obras encomendadas e dedicadas ao próprio CPCE, dos compositores Osvaldo Fernandes, Fernando Lapa e Sérgio Azevedo. O compositor Paulo Bastos presenteou recentemente o CPCE com “Três Canções de Natal”.

De destacar também o trabalho de formação do CPCE nomeadamente, a realização de um estágio com o Maestro e Professor de Direção Coral da Escola Superior de Barcelona, Lluís Vila, e uma masterclasse de Técnica Vocal com a preparadora vocal do Coro da Catedral de Westminster (Londres), a soprano Anita Morrison.

O CD “Mudam-se os Tempos” oferecido à Biblioteca da APEM é um espelho de todo este trabalho consistente, dedicado e de alta qualidade.

Nesta gravação, podemos ouvir as composições de Fernando Lapa, Sérgio Azevedo e Osvaldo Ferreira pelas magníficas vozes do CPCE, dirigidas por Helena Venda Lima. O piano em “Romance do Caçador e da Princesa” de Sérgio Azevedo é tocado por Ana Sousa e no Ciclo “Mudam-se os Tempos” é tocado por Diogo Zão, tal como o órgão no “Magnificat” de Fernando Lapa.

Um trabalho a ouvir e a seguir!

perguntámos a...



Nuno Bettencourt Mendes, Diretor e Docente do Conservatório de Música David Sousa na Figueira da Foz, musicólogo especialista em modernismo musical e Luís de Freitas Branco, e com uma experiência pedagógica de mais de 30 anos no ensino artístico especializado da música, especialmente nos níveis superior e secundário, responde à questão que lhe colocámos:

Tendo em consideração a sua experiência enquanto docente e dirigente do Conservatório de Música David Sousa (CMDs) quais os principais desafios e constrangimentos que se colocam a uma Escola de Ensino Artístico Especializado com as suas múltiplas valências como é o CMDs?

Identifico essencialmente quatro pontos-chave para responder com concisão:

- 1) a consolidação da formação especializada nas áreas da música e da dança, de nível básico e secundário, no sistema educativo Português;
- 2) os contributos que todas as escolas devem dar para melhores opções políticas de desenvolvimento artístico, cultural, e patrimonial;
- 3) os nossos incentivos para o reflorescimento profissional e o desenvolvimento económico na música e na dança;
- 4) a sustentabilidade financeira das escolas do Ensino Artístico Especializado (EAE).

Relativamente ao 1º ponto, o CMDs, tal como todas as academias e conservatórios, devem continuar a promover formações de nível básico e secundário a crianças e jovens nos domínios especializados da música e da dança, em regimes diferenciados de frequência, para lhes propiciar uma qualificação inicial de pendor profissionalizante, a par do desenvolvimento de competências técnico-artísticas, científicas, e socioculturais com vista ao prosseguimento de estudos.



perguntámos

Para tal, a formação vocacional (num sentido mais abrangente) deve continuar a centrar-se na aprendizagem de um instrumento em aulas individuais e em pequeno grupo (música), ou no desenvolvimento de uma estrutura corporal e educação especial do movimento direccionados para a qualificação performativa (dança), exigindo em ambos os casos um período alargado de estudo diário. O trabalho que a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP) tem vindo a desenvolver na estabilização (dinâmica) dos planos de estudo dos diferentes cursos merece o meu enorme apreço: o esforço de reduzir o labirinto legislativo em torno do ensino artístico especializado da música e da dança é notável, com a saída das portarias 225/12 e 243-B/12, respetivamente, entre outros procedimentos. Igualmente muito positivo, é o novo desenho curricular dos cursos, de que destacaria i) a oportunidade do início dos estudos em canto nos cursos básicos, ii) a reinserção da área da composição nos cursos secundários, e iii) a criação de espaço para o surgimento de disciplinas de opção e de ofertas complementares; estas disciplinas têm permitido ao CMDS uma diversificação tipológica dos repertórios, cobrindo a Música Antiga, o Jazz, o Pop/Rock, a Música Tradicional Portuguesa, bem como a inovação coreográfica na área da dança, e ainda o contacto experimental dos alunos com outras artes, tais como o teatro e as artes plásticas, como forma de aprofundamento dos seus valores estéticos e da transferência analógica ou extrapolativa de competências performativas entre diferentes expressões e culturas artísticas.





A garantia da permeabilidade entre planos curriculares e ofertas formativas e a flexibilidade na gestão das cargas horárias das diferentes componentes de formação é igualmente um ganho muito relevante, e que, espero, possa cada vez mais ampliar a sensibilidade dos jovens, e dos cidadãos em geral, ao longo dos anos e fortalecer o gosto qualificado de Portugal pela inovação e tradição artística.

Considero, todavia, que há ainda um caminho importante a percorrer no plano da organização dos programas, independentemente da obrigação que as escolas têm em se responsabilizarem pelo planeamento anual, trimestral e diário de todas as suas atividades, e de garantirem conceitos eficazes e práticas de avaliação isenta dos formandos e dos docentes. Uma palavra breve relativamente a estes: o aumento da qualificação artística e pedagógica é enorme, mas no plano das metodologias e didática específica, daquilo que tem sido a minha experiência e perceção, há vários aspetos que devem ser objeto de revisão na formação inicial profissional dos docentes que têm vindo a receber nos mestrados em ensino de música.

Quanto ao 2º e 3º pontos referidos, as escolas do EAE só cumprirão os seus objetivos de formação se se envolverem com o tecido social, cultural e económico da região a que pertencem, devendo até procurar estabelecer relações, neste contexto, (o que já acontece em alguns casos) com entidades congéneres estrangeiras e outras, aproveitando as oportunidades lançadas por programas como o «Pegada Cultural» ou o «Europa – criativa». A meu ver, este envolvimento deverá passar:

i) pela cooperação institucional com escolas afins, ii) por dar visibilidade ao trabalho musical e coreográfico dos alunos em contextos simulados de prática profissional, iii) por organizar e/ou desenvolver eventos culturais, mostras, concertos, recitais, em parceria com os serviços educativos e culturais das

perguntámos

diferentes edilidades, as sociedades recreativas, as instituições de solidariedade social, as empresas ligadas à produção de espetáculos, entre outros; iv) apoiar o seu corpo docente, enquanto músicos e bailarinos, animadores e musicólogos, no agenciamento e dinamização do seu mercado de emprego nas indústrias culturais e nas artes, o que no caso da Figueira da Foz, Pombal, e concelhos limítrofes, tem passado pelo reforço das atividades culturais e recreativas ligadas ao turismo, ao lazer, e à dinamização museológica do património material e imaterial.

Finalmente, o 4º ponto, uma questão de enorme preocupação: desde meados da década 2000 até 2010, verificou-se um aumento muito significativo de alunos nos cursos de iniciação e básicos de música, implicando necessariamente uma dotação orçamental correspondente que não foi devidamente acautelada pelos governos nessa altura, e que culminou em momentos de grande dificuldade para as escolas, e que subsistem ainda de modo muito penoso, sendo disso exemplo a agonia por que têm passado muitos professores e funcionários na sua vida pessoal. O ratio do número de alunos do EAE em Portugal não é excessivo relativamente ao da maioria dos países europeus; o esforço do Estado, com a adoção e o avassalamento do regime articulado gratuito no EAE nos últimos anos é que se foi tornando cada vez menos sustentável. Se, entre 2010 e o momento atual, os custos foram altamente atenuados pela transferência de grande parte do financiamento para o POPH/FSE, ainda não é garantido que o programa "Capital Humano" do «Portugal 2020» possa vir a dar continuidade a igual (se não a algum?) fluxo financeiro. Inquieta-me, sobremaneira, e a vários níveis, esta questão, e tenho o maior dos receios que a sua resolução chegue muito tardiamente, afetando tremendamente, e no mínimo, a preparação do ano letivo que vem.



o que já se escreveu...

Em pleno verão de 1975, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) enviou uma circular às escolas informando e justificando a supressão da disciplina de Música no então designado ensino secundário unificado.

A referida circular foi publicada no Boletim Informativo da APEM, n.º10, Outubro de 1975, acompanhada de uma carta que a Direção da APEM dirigiu ao Ministro.

O MEC justifica a eliminação da Música usando a seguinte argumentação:

- a inclusão da Educação Musical no currículo do 7º ano, o que constituiria uma fraude em termos de ensino de qualidade e contribuiria ainda mais para o descrédito da disciplina;

- a não inclusão temporária da disciplina, implicando uma definição correcta de prioridades em termos de medidas concretas resultantes de uma reflexão global sobre a educação e o ensino musical a todos os níveis, como aliás se apontou já para os ensinos agrícola e de artes visuais (circular n.º7/75 de 4 de Agosto de 1975).

A consciência do alto valor da educação e do ensino musical a todos os níveis escolares, o reconhecimento de que só uma reestruturação global permitirá articular esforços e definir prioridades de modo a colmatar as graves lacunas que se verificam a nível dos ensinos primário e preparatório, obrigaram a optar decididamente pela segunda hipótese".



o que já se escreveu...



Assim, em 1975 a Música sai dos currículos dos 7º e 8º anos tendo o MEC invocado “não haver professores competentes”, como refere Madalena Perdigão (1981), citada em Palheiros (1993), que acrescenta “(...) as consequências negativas são óbvias. É fácil remover uma disciplina do currículo, alegando falta de qualidade no seu ensino, em vez de se tentar implementar e desenvolver esta qualidade através de medidas adequadas, como a formação de professores e o alargamento da possibilidade de frequência da disciplina a um maior número de alunos”.

Pode ler o documento integralmente aqui:

<http://www.apem.org.pt/page14/downloads/index.html>

PALHEIROS, GRAÇA (1993). Educação Musical no Ensino Preparatório – Uma avaliação do currículo. Lisboa: APEN – Associação Portuguesa de Educação Musical
 PERDIGÃO, M. (1981). “Educação Artística” in Silva, M./ Tamen, M.I (ed.) Sistema de Ensino em Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

AÇÃO DE FORMAÇÃO CREDITADA – COIMBRA

“A Motivação e a Metacognição na Aprendizagem Musical”

Local: Conservatório de Música de Coimbra

Formador: Professor Francisco Cardoso.

Destinatários: grupos M01 a M36, 250 e 610

Duração: 25h (1 u.c)

Datas 2, 3, 9 e 10 julho.

Objetivos

Conhecer de forma aprofundada as diversas teorias musicais existentes no âmbito da Psicologia Educacional;

Conhecer os resultados da investigação recente relacionada com motivação para a aprendizagem musical;

Conhecer os limites do conceito de metacognição e aplicar o modelo de Flavell à aprendizagem musical;

Refletir sobre o processo de aprendizagem musical e sobre o papel dos docentes quer na motivação dos alunos, como na aquisição e desenvolvimento de competências metacognitivas;

Ajudar os professores a olharem de uma forma positiva para a sua ação educativa.

bddbbd!... plim! plum! plim!



Valor da Inscrição:

Até 30 de abril:

Sócios da APEM - €45 • Não sócios - €65

De 1 de maio a 30 de maio:

Sócios da APEM - €55 • Não sócios - €75

De 1 de junho a 24 de junho:

Sócios da APEM - €65 • Não sócios - €85

Mais informações: apem.educacomusical@gmail.com



Associação Portuguesa de Educação Musical

Rua D. Francisco Manuel de Melo, 36

1º Dto. 1070-087 LISBOA

de 2ª a 6ª feira

das 10h às 12.30h e das 14h às 17.30h

Tel. e Fax 213 868 101

Tm. 917 592 504 / 960 387 244

apem.educacomusical@gmail.com

Ficha Técnica

Conceção e edição: **Direção da APEM**

Conceção gráfica: **Henrique Nande** <http://storyllustra.blogspot.pt>

Colaboram neste número: **António Ângelo Vasconcelos, Ana Venade,**

Carlos Gomes, Manuela Encarnação, Henrique Piloto, Nuno Mendes.

Contacto: apem.news@gmail.com



associação portuguesa de educação musical